

## BERTH, Joice. “O que é empoderamento?”

Wallesandra Souza Rodrigues

Graduanda em Sociologia e Política pela FESPSP

(wsrodrigues@gmail.com)

Terceiro volume da Coleção Feminismos Plurais da editora Letramento coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro, a obra *O que é Empoderamento?* traz referências e reflexões da Arquiteta e Urbanista feminista negra Joice Berth acerca dos conceitos adjacentes e que compõem o *empoderamento* enquanto prática. Partindo de uma perspectiva feminista negra e fazendo uso da metodologia da interseccionalidade, Berth propõe o aprofundamento na compreensão do conceito de *empoderamento* evidenciando as concepções de diversos intelectuais, mas atentando-se ao pensamento produzido por Paulo Freire, bell hooks, Patricia Hill Collins, Angela Davis e Srilatha Batliwala que compreendem o *empoderamento* enquanto prática que parte do processo de autoconscientização e culmina em transformação. Não sendo possível então *empoderar* alguém senão nós mesmos e servirmos de amparo aos processos de conscientização de outros indivíduos. Qualquer prática contrária à descrita, nos alertam as autoras e autor, incorre no risco da apropriação do discurso, esvaziando assim a potencialidade do fenômeno transformando-o em ferramenta de manutenção de um *status quo*.

A obra de linguagem acessível e direta, no formato de livro de bolso, não traz sumário evidenciando o caráter direto da obra. Contem ao todo 161 páginas sendo dividida em cinco blocos: introdutório, contexto sócio histórico, contribuição do feminismo negro, noções de empoderamento,

considerações finais e ainda dois blocos de notas de rodapé e referências. A autora aponta a existência de uma “tradição internacional de estudo do empoderamento enquanto categoria conceitual e teoria aplicada” em diversos campos de saberes.

Na primeira parte que carrega o título do livro, é realizada uma introdução ao tema por meio das definições de *poder* encontradas nas obras de Michel Foucault e Hannah Arendt. Para a filósofa alemã o poder se dá por meio da ‘ação coletiva’, não sendo assim propriedade de um indivíduo, mas pertencente a um grupo e cuja manutenção da união desse grupo é condição *sine qua non* para a existência do poder. Assim, quando o poder é atribuído a um indivíduo, isso só é possível pelo fato de um número de pessoas tê-lo empossado para que aja em nome do grupo. Tal qual em tese caracteriza-se um regime democrático. Para Foucault, segundo Berth, a preocupação era de expor a não fixidez do *poder* em um Estado somente, mas presente nas relações e em toda a estrutura social, reconhecendo o poder enquanto prática social de controle e dominação. Partindo desse pressuposto, a autora pontua que *empoderar* seria conduzir os indivíduos por diferentes estágios de “autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo”. O prefixo auto é o maior indicativo que o processo de empoderamento produz transformação efetiva a partir de movimentos internos do indivíduo.

A autora sintetiza o histórico do uso da palavra empoderamento trazendo desde o significado

da palavra no original do Inglês *empowerment* e enfatiza a importância de uma investigação genealógica das diversas abordagens do termo, bem como as contribuições de diversas e diversos intelectuais para inclusive pensar empoderamento enquanto metodologia de trabalho.

No que é compreendido como segundo bloco se faz a discussão acerca das dinâmicas e estruturas sociais que possibilitam relações opressivas e a aplicabilidade da teoria, trazendo de início a reflexão sobre o que não é empoderamento. Não é empoderamento, portanto, considerar que a prática se dá apenas no foro individual, de maneira autocentrada, ignorando desta maneira ações que promovem a manutenção e reprodução de opressões nas relações com outros grupos. Aqui fica evidente o caráter gradual do processo de empoderamento. A partir desta exposição se torna possível compreender que pensar em empoderamento é pensar em um agrupamento de ações que sejam antirracistas, antissexistas e anticapitalistas. Indivíduos empoderados são importantes, mas não é o fim em si, pois somente por meio de uma coletividade empoderada é possível promover alterações nas estruturas sociais. Mas para a efetiva conscientização coletiva, Berth aponta algumas barreiras estruturais em que o conhecimento protagoniza mais precisamente a política de educação pública sucateada, como uma barreira importante para o desenvolvimento de uma consciência crítica. O silenciamento, *testimonial smothering*, que consiste no abrandamento da vivência com a intenção de evidenciar no discurso o conteúdo que o público exprime interesse em captar também exerce papel fundamental para a manutenção das situações de opressão. Também se

faz presente uma abordagem do empoderamento por uma perspectiva econômica e das políticas públicas enquanto tática importante de desenvolvimento comunitário suplantando a pobreza, a exemplo do movimento *black money*, políticas públicas de renda básica mínima, etc. No entanto, nessa área do conhecimento há uma possibilidade maior de ocorrer uma distorção do conceito tal qual nos alerta a autora, no sentido de servir como instrumento de manutenção de práticas assistencialistas por parte de órgãos econômicos mundiais, mantendo assim a dependência de certas comunidades e a influência dominadora de outras. Colocando assim o empoderamento numa chave de dádiva, benfeitoria, etc. E pensar em empoderamento e transformação social é num dado momento pensar em participação social e democracia. A autora aponta a falta de estímulo que acaba por servir à manutenção de sistemas de opressão como produtora da baixa participação política da população no Brasil.

No terceiro bloco, reservado a pontuar as contribuições do feminismo negro na ressignificação do conceito de empoderamento, não que essas contribuições já não aparecessem nos blocos anteriores, a autora chama a atenção para a importância de se reconhecer o conhecimento produzido por teóricas e pensadoras negras e como suas contribuições servem para um aprofundamento na noção do conceito de empoderamento em virtude da possibilidade de reexistência a partir da autodefinição propiciada pelo reconhecimento das histórias de resistência. Para corroborar com seu pensamento Berth evoca a socióloga Patricia Hill Collins quando diz que o lugar da mulher negra mesmo que marginalizado é um “lugar de potência”, pois, na ação de se auto definir, as mulheres negras

contrariam a construção do que é ser mulher negra a partir da ótica colonizadora. Nesse sentido também é destacada uma fala de Angela Davis no segundo bloco em que afirma que somente quando as mulheres negras estiverem plenamente livres será possível visualizar a sociedade em um movimento rumo ao desenvolvimento pleno e eliminação dos problemas mais evidentes. Desconsiderar esses conhecimentos produzidos compromete o exercício do pensamento crítico, uma vez que se reforça desta maneira o apagamento de saberes desenvolvidos por sujeitos não brancos e não europeus reforçando apenas uma perspectiva, e essa é a contribuição da interseccionalidade cunhada por Kimberlé Crenshaw e utilizada também por Audre Lorde e Sueli Carneiro quando da produção de suas reflexões acerca das especificidades produzidas por cada marcador social da diferença, não incorrendo em hierarquias, apenas experiências específicas.

O quarto bloco que se chama *Estética e Afetividade: noções de empoderamento* serve de campo para aprofundar na discussão sobre o fato de ser ou não a estética uma ferramenta na prática do empoderamento. A autora traça um percurso de análise da etimologia da palavra estética e sua relação mais direta que é a imagem. A imagem, no caso as representações estéticas, comunicam lugares de acesso, pertencimento e proibições. Assim como por meio da estética é possível determinar o que é belo ou não, utilizando de canais como a moda e marketing para difundir essa informação, essa comunicação serve de ferramenta para a manutenção do controle e subjugo de um determinado grupo, que mesmo majoritário em número absoluto se torna minoritário em representação e participação sociopolítica. Dessa

maneira a visão sobre si é distorcida, uma vez que ao não condizer com aquela que é amplamente divulgada (magreza, brancura, cabelos liso, etc). A partir dessa compreensão é possível acompanhar a construção da autora no sentido de afirmar que para a prática do empoderamento é necessário fazer uma busca de suas “raízes culturais, emocionais, artísticas, afetivas, etc.”. Um sucessivo e longo processo de libertação do que é imposto enquanto belo e válido em busca de valorizar o que se é em essência. Assim, a “autoestima” se mostra para a autora como um elemento importante para o alcance de uma prática empoderada. O outro elemento discutido e apontado pela autora e diretamente relacionado com esse resgate interno é a afetividade, que dialogando com suas referências, aprofunda na explanação do desencadeamento de consequências afetivas de uma vida pautada na imagem distorcida de si mesmo, como não sendo bela e, portanto não digna de admiração, respeito e amor próprio, primordialmente.

No quinto bloco Berth traz suas conclusões finais em que reforça o cuidado para o não distanciamento dos sentidos originais do que é empoderamento, pois esse deslize resulta em um esvaziamento do sentido original e consequente apropriação do discurso. Enfatiza também a importância de se criar estratégias de fortalecimento econômico, estético, afetivo, entre tantos outros, para que surjam campos favoráveis ao empoderamento.

A autora contribui com a ampliação do referencial teórico para se aprofundar na discussão conceitual sobre o empoderamento trazendo ao diálogo todas as autoras e todos os autores citados neste texto. Sua leitura proporciona ferramentas para tecer análises sobre diversos fatos históricos

passados e presentes, como quando numa passagem no segundo bloco em que a autora trata do silenciamento é possível fazer uma ligação direta com um caso recente ocorrido em Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. No episódio uma advogada negra é algemada no exercício de seu dever jurídico durante uma audiência, fato esse nunca registrado pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, órgão que regulamenta e ampara os profissionais do direito. Respalhada pela OAB, a advogada em coletiva de imprensa acha importante em sua fala não atribuir a violência sofrida ao marcador raça, mas apenas como uma agressão à classe. Nesse ato, a advogada fragilizada conformou seu discurso em busca de uma sensibilização e apoio de sua classe laboral em favor da apuração justa dos fatos, mas desta maneira se fez necessário que ela ignorasse a natureza racista das estruturas sociais e estatais, que não isenta nem mesmo os profissionais e áreas designadas à execução da justiça a qual ela faz parte. Isto torna esse ato um exemplo do conceito trazido de *testimonial smoothing*. Fato é que o tratamento a ela destinado, em se falando no contexto brasileiro, provavelmente (?) seria outro, não fosse ela mulher e negra.

Embora o episódio tenha sido revelado como uma manifestação de racismo por parte da juíza leiga que deu ordem de prisão à advogada, essa afirmação veio de uma representante da comissão de discussões de gênero e raça na OAB presente na coletiva de imprensa. Essa denúncia não foi apropriada pela advogada injustamente detida, o alvo do racismo. Quando se passa

por uma situação como essa, é difícil termos (pessoas negras) uma ação pragmática assertiva, dada a natureza da violência que destoa da ideia propagada socialmente de que vivemos em um país miscigenado e por sermos todos iguais basta nos esforçarmos para chegar aonde se quer. Valéria dos Santos quis acreditar nessa ideia e se esforçou fazendo um faculdade de Direito e mais ainda seguindo o exame da ordem dos advogados que é muito disputado, no entanto seu esforço e inteligência nunca foram os reais motivos para ela como tantas outras mulheres e homens negros compartilhassem vivências de privações e escassez. É possível dizer que se Valéria dos Santos estivesse empoderada de sua condição enquanto mulher negra em uma sociedade racista como a brasileira, ela tivesse evidenciado o caráter racista da violência sofrida durante a primeira coletiva? Pelo conteúdo que Berth brilhantemente organiza e tratamos até então, sim. Mas enquanto mulher negra e que me considero empoderada, rememorando tantas violências advindas do racismo que já sofri e as ações que consegui e pude fazer, sinceramente não sei dizer.

### Referência bibliográfica

Berth, Joice. **O que é empoderamento?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

1 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/advogada-e-algemada-por-pms-durante-audiencia-judicial-no-rio-de-janeiro.shtml>. Acessado em 12/11/2018.